UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSOS DE AGRONOMIA E DE ZOOTECNIA - CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO - SC

Análise Socioeconômica e Ambiental de Porto União - SC: Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar

Série RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

02

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Cursos de Agronomia e de Zootecnia - Campus de Florianópolis
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Análise Socioeconômica e Ambiental de Porto União - SC: Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar

Coordenação
Fábio Luiz Búrigo (ZDR/PGA/UFSC)
Ademir Antonio Cazella (ZDR/PGA/UFSC)
Oscar José Rover (ZDR/PGA/UFSC)

Autores
Ademir Antonio Cazella (ZDR/PGA/UFSC)
Alberto Kazushi Nagaoka (ENR/UFSC)
Anderson Luiz Romão (PGA/UFSC)
André Luiz Nicoluzzi (Agronomia/UFSC)
Bruno Filippo (Agronomia/UFSC)
Eros Marion Mussoi (ZDR/UFSC)
Fábio Luiz Búrigo (ZDR/PGA/UFSC)
Grazianne A. S. Ramos (ZDR/PGA/UFSC)
Monique Medeiros (PGA/UFSC)
Oscar José Rover (ZDR/PGA/UFSC)
Renê Birochi (ADM/UFSC)
Valmir Luiz Stropasola (ZDR/PGA/UFSC)

Levantamento de dados a campo
Estudantes de Agronomia e Zootecnia da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar do CCA/UFSC - Semestre 2013/2

Série
RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
02

Florianópolis, 2015

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

U58a Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias.
Análise socioeconômica e ambiental de Porto União (SC): um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar / Centro de Ciências Agrárias ; coordenadores Fábio Luiz Búrigo, Ademir Antonio Cazella, Oscar José Rover. – Florianópolis : CCA/UFSC, 2014.
52 p. : il., grafs., tabs.- (Série Retratos da Agricultura Familiar ; 2)

Inclui bibliografia.

1. Agricultura Familiar - Porto União (SC). 2. Levantamento socioeconômico - Porto União (SC). 3. Agronomia. 4. Zootecnia. I. Búrigo, Fábio Luiz. II. Cazella, Ademir Antonio. III. Rover, Oscar José. IV. Título. V. Série.

CDU: 331.101.264.22(816.416.10)

ISBN E-BOOK: 978-85-88050-08-2

ISBN PAPEL: 978-85-88050-09-9

Apoio técnico: Tatiana Rossi e equipe da Biblioteca Universitária da UFSC

Diagramação dos gráficos: Anderson Luiz Romão e Fábio Luiz Búrigo

Impressão e acabamento: Imprensa Universitária da UFSC

Como referenciar este documento:

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. (Coord.). **Análise socioeconômica e ambiental de Porto União (SC)**: um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Florianópolis: UFSC, 2015. (Retratos da agricultura familiar, 2).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às famílias de agricultores do município de Porto União que gentilmente acolheram os estudantes dos cursos de Agronomia e Zootecnia em suas casas no período de 15 de agosto a 04 de setembro de 2013. Nesse período, tais famílias compartilharam seu cotidiano com eles e se dispuseram a responder o questionário socioeconômico e ambiental que deu origem a este documento.

Agradecemos à administração municipal pelo apoio na organização da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, assim como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) pelo apoio logístico.

Agradecemos também aos estudantes que realizaram a Vivência e operacionalizaram a aplicação dos questionários em campo, o que resultou na elaboração deste relatório.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 9

3 PRINCIPAIS RESULTADOS DA SISTEMATIZAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....15

3.1 PERFIL SOCIAL DA FAMÍLIA.....16

3.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA..... 20

3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIOPOLÍTICA..... 26

3.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, AUTOABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO 29

3.5 GRAU DE CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS 34

3.6 RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS 37

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 45

REFERÊNCIAS..... 49

APÊNDICE 51

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório é resultado de um estudo realizado com agricultores familiares do município de Porto União, localizado no Norte do estado de Santa Catarina, no decorrer da disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF), dos cursos de Agronomia e Zootecnia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), campus Florianópolis. Ao todo, 48 estudantes da UFSC realizaram um levantamento socioeconômico e ambiental com os agricultores familiares que os receberam durante a etapa de campo da disciplina. Essa etapa ocorreu entre os dias 15 de agosto e 04 de setembro de 2013.

A VAF é realizada semestralmente em diferentes municípios de Santa Catarina, com as famílias de agricultores selecionadas para receber um estudante de graduação durante 21 dias em suas residências e nas suas unidades produtivas. Nesse período, o estudante se integra ao seio familiar num processo denominado de vivência. Para isso, a família oferece alojamento, alimentação e espaço para o estudante participar das atividades produtivas e organizativas do estabelecimento agropecuário. O principal objetivo da disciplina é que o estudante se integre às atividades e dinâmicas da família rural e da unidade produtiva, vivenciando aspectos socioculturais, organizativos, econômicos, técnicos, dentre outros.

Durante os 21 dias, cada estudante aplica um questionário socioeconômico e ambiental junto à família onde estava realizando a VAF. Embora o número de agricultores entrevistados e os estabelecimentos familiares visitados reúnam uma amostra significativa da agricultura familiar do município, não é possível fazer generalizações dos resultados para o conjunto do município, em função das especificidades da amostra escolhida e dos critérios preestabelecidos na seleção das famílias. Esses critérios levam em conta o interesse no acolhimento de um estudante universitário, as condições materiais, a localização do estabelecimento e a estrutura social da família. Essas particularidades podem fazer com que a amostra dos resultados aqui apresentados seja diferente da média geral da agricultura familiar do munícipio. Apesar disso, os professores envolvidos na VAF disponibilizam publicamente este material por entenderem que a informação e a discussão dos seus resultados podem ser úteis às lideranças, organizações sociais e entes do poder público. Os dados e as análises aqui apresentados podem colaborar na formulação de novas estratégias de apoio à agricultura familiar e de outras iniciativas que venham a fortalecer o desenvolvimento socioeconômico de Porto União e região.

Os questionários foram preenchidos, principalmente, a partir de informações fornecidas

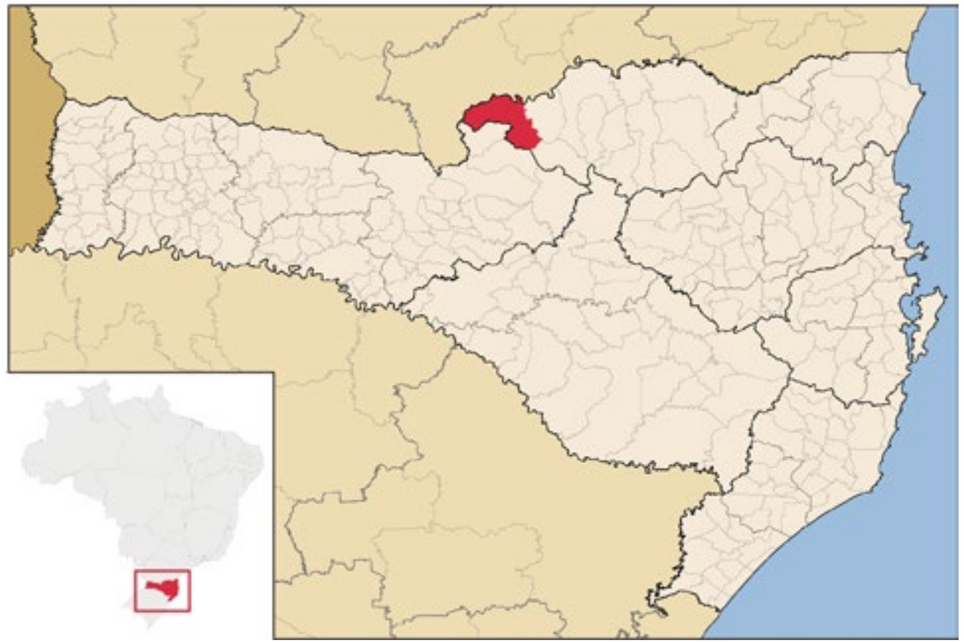
pela pessoa identificada pela família como aquela que desempenha o papel de chefe do estabelecimento, porém os demais membros do grupo familiar também participaram do processo. Os estudantes não realizaram uma entrevista pontual, executada em algumas poucas horas, mas agregaram informações ao longo das três semanas de sua vivência com a família. As anotações no questionário-base, que originou este estudo, foram obtidas com a autorização prévia das famílias, de acordo com critérios éticos estabelecidos pela UFSC em pesquisas semelhantes a esta, no que concerne ao anonimato dos entrevistados e das informações coletadas. Em função do seu teor declaratório, as informações mais complexas prestadas durante a entrevista, a exemplo dos dados financeiros, devem ser tomadas com cautela, pois a maioria dos estudantes está na 4ª fase de seus respectivos cursos, e ainda não cursou disciplinas de formação profissionalizante.

A tabulação dos dados extraídos dos 48 questionários preenchidos durante a VAF foi obtida por meio do uso do software Sphinx, considerando a variabilidade de estabelecimentos e perfis familiares existentes. A sistematização, o processamento de coleta dos dados e a elaboração deste estudo foram realizados pelas equipes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) e do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf), vinculados ao CCA/UFSC e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). A redação final da análise contou também com contribuições de professores que participam da disciplina VAF e de estudantes do PGA/UFSC.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município catarinense de Porto União foi criado em 1917 e conta com uma população, estimada para 2014, de 34.717 habitantes e uma área de 845.340 km² (IBGE, 2013). O município está localizado no Planalto Norte Catarinense, na microrregião de Canoinhas (Figura 1).

Figura 1: Localização de Porto União (SC)



Fonte: Wikipédia (2015).

Com uma densidade demográfica de 41 hab./Km², Porto União se caracteriza como um município de porte médio para as condições socioeconômicas catarinenses. No entanto, devido o fato de fazer divisa, tanto via férrea quanto pelo Rio Iguaçu, com o município paranaense de União da Vitória, configura-se num importante aglomerado urbano localizado na zona interiorana dos dois estados. Em decorrência dessa proximidade geográfica, ambos os municípios, Porto União e União da Vitória, são denominados de

"Gêmeos do Iguaçu".

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto União é 0,786, o que indica que está situado na faixa considerada alta (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, o município obteve um crescimento do IDHM na ordem de 18,02%, e a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,185), seguida por longevidade e por renda. Porto União ocupa a 87ª posição no ranking do IDHM entre os 5.565 municípios brasileiros (PROGRAMA..., 2013).

Em 2010, quando a população de Porto União contabilizava 33.493 pessoas, os residentes no meio rural somavam 5.227 pessoas e os urbanos 28.266 (PROGRAMA..., 2013). Isso significa que a maior parte de sua população (84,4%) vivia na cidade. Apesar desse fato, comum à maioria dos municípios brasileiros semelhantes a Porto União, a economia do município tem no setor agropecuário uma importante base. Embora a contribuição deste setor no PIB municipal seja de 9,3%, sabe-se que a maior parte dos estabelecimentos de serviços e industriais está associada à agropecuária. O PIB per capita municipal referente ao ano de 2012 encontra-se abaixo da metade do valor constatado no estado e no país no mesmo ano (ver Tabela 1).

Tabela 1: Participação dos setores da economia no Produto Interno Bruto (PIB) municipal de Porto União (SC) (2012)

Item	Valor R$
PIB a preços correntes	344.993.000,00
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	32.275.000,00
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	77.112.000,00
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	212.093.000,0
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	23.513.000,00
PIB municipal per capita a preços correntes	10.225,04
PIB estadual per capita a preços correntes	27.771,85
PIB nacional per capita a preços correntes	22.624,40

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); Deepask (2015). Adaptado pelos autores.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as principais produções agropecuárias do município são provenientes da lavoura temporária e da pecuária. Ainda de acordo com tais dados, em relação à pecuária, os três maiores

RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
Análise Socioeconômica e Ambiental de Porto União - SC:
Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar

rebanhos do município são os seguintes: aves, com 27 mil cabeças distribuídas em 578 estabelecimentos; suínos, com 20.039 cabeças em 438 estabelecimentos e bovinos, com 14.718 cabeças em 793 estabelecimentos. Em relação à extração vegetal, dados do IBGE (2013) indicam que são produzidos 1.556 m³ de lenha e 1.327 m³ de madeira em tora por ano, dos quais 813 m³ são de Pinheiro Brasileiro. Já a silvicultura produz 405 toneladas de carvão vegetal, sendo 89 t de eucalipto e 316 t de pinus por ano. Produz, ainda, 69.660 m³ de lenha: 15.325 m³ de lenha de eucalipto e 54.335 m³ de lenha de pinus; 160.820 m³ de madeira em tora, sendo: 81.810 m³ para papel e celulose e 79.010 m³ por ano para outras finalidades, que não o papel e a celulose (IBGE, 2013).

A Tabela 2 reúne dados de 2006 a respeito do setor primário do município, que se destinou especificamente à produção de alimentos, com destaque, em termos monetários, para as produções de soja, milho e leite.

Tabela 2: Principais alimentos produzidos em Porto União/SC (2006)

Produção	Produto	Nº estabelec. agropecuários	Quantidade (toneladas/ano)	Valor (R$)
Lavouras temporárias	Soja em grão	165	9.518	4.234.000,00
	Milho em grão	695	32.187	7.971.000,00
	Mandioca	49	67	48.000,00
	Feijão de cor (grão)	12	25	21.000,00
Extração vegetal	Erva-mate	-	3.600	6.300,00
Produção animal	Ovos de galinha	460	94 mil dúzias	147.000,00
	Leite cru	447	6.098 mil litros	2.247.000,00

Fonte: IBGE (2006) e IBGE (2013). Adaptado pelos autores.

Em 2006, a estrutura fundiária rural do município contava com a existência de 1.014 estabelecimentos agropecuários. Desses, 78,4% possuíam áreas menores do que 50 ha, percentagem abaixo da situação verificada no estado, que registrou 88,3% dos estabelecimentos nesse estrato de área (Tabela 3). Os estabelecimentos do estrato inferior a 10 ha totalizam 21% no município e 35,8% no estado, o que evidencia uma maior incidência de minifúndios no estado em relação ao município.

Tabela 3: Número de estabelecimentos rurais por classe de área – Santa Catarina e Porto União (2006)

Estratos	Brasil		Santa Catarina		Porto União	
(ha)	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0<10	2 477 071	47,9	69 390	35,8	213	21,0
10<20	736 792	14,2	56 411	29,1	192	18,9
20<50	843 911	16,3	45 310	23,4	389	38,4
50<100	390 874	7,6	10 723	5,5	133	13,1
100<500	371 114	7,2	6 513	3,4	71	7,0
500<1000	53 792	1,0	743	0,4	4	0,4
1000<2500	31 899	0,6	344	0,2	3	0,3
>2500	15 012	0,3	107	0,1	-	-
PSA*	255 024	4,9	4 122	2,1	9	0,9
TOTAL	5 175 489	100	193 663	100	1014	100

*PSA= Produtor Sem Área. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Em relação à condição do produtor, a Tabela 4 a seguir, revela que os agricultores proprietários de terras em Porto União equivalem a 92,11%, comparativamente a 88,3% existentes em Santa Catarina. Nas categorias de agricultores não proprietários, o município registra 7,9% e o estado 11,7%. A categoria Produtor Sem Área (PSA) foi uma inovação adotada pelo IBGE no último Censo Agropecuário, para referenciar as situações de famílias de agricultores que se encontravam sem área para cultivo no momento da coleta de dados, mas que declararam ter realizado alguma exploração agropecuária no ano censitário. Na categoria agricultores assentados, o município não possui nenhum estabelecimento, enquanto que o estado registra 1,4%. Por fim, cabe destacar que os 48 estabelecimentos, dos quais são provenientes as informações que dão origem a este documento, representam 4,7% do total de estabelecimentos do município.

RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
Análise Socioeconômica e Ambiental de Porto União - SC:
Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar

Tabela 4: Número de estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor – Santa Catarina e Porto União (2006)

Condição do Produtor	Brasil		Santa Catarina		Porto União	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário	3 946 276	76,2	170 908	88,3	934	92,1
Assentado	189 191	3,7	2 651	1,4	-	-
Arrendatário	230 110	4,4	7 085	3,6	13	1,3
Parceiro	142 531	2,8	2 151	1,1	2	0,2
Ocupante	412 357	8,0	6 746	3,5	56	5,5
PSA*	255 024	4,9	4 122	2,1	9	0,9
TOTAL	5 175 489	100	193 663	100	1014	100

*PSA= Produtor Sem Área. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS DA SISTEMATIZAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

É importante tecer alguns comentários iniciais sobre o tratamento dado pelos autores às informações coletadas na pesquisa de campo. Para facilitar a interpretação e divulgação, as perguntas do questionário estão agrupadas em seis temas, a saber: a) Perfil social da família do entrevistado; b) Características do estabelecimento agrícola; c) Relações de trabalho entre agricultores e inserção sociopolítica; d) Produção agropecuária e as relações de venda e de consumo; e) Conhecimento e acesso às políticas públicas; f) Relações profissionais, ambientais e perspectivas futuras.

O total de entrevistados para cada questão nem sempre corresponde ao total de 48 agricultores que participaram da VAF em Porto União. Na maioria das vezes, isso ocorre porque os entrevistados preferiram não responder determinadas questões.

A grande maioria das questões formuladas no questionário é do tipo fechado, isto é, permite apenas que o entrevistado selecione uma ou várias respostas (múltipla escolha) previamente indicadas. Todavia, para determinadas questões há também espaço para se completar textualmente a informação dada.

Por conta das duas possibilidades de respostas para as questões fechadas (simples ou múltipla escolha), as informações prestadas pelos gráficos inseridos ao longo deste trabalho também são apresentadas de maneiras distintas. As perguntas com apenas uma opção de resposta têm, obviamente, um total de respostas idêntico ao número de entrevistados respondentes da questão. Para as questões de múltipla escolha optou-se em calcular o percentual de cada resposta, tomando por base o número total de agricultores que respondeu à questão e não o número total de repostas dadas à questão. Desse modo, tanto os dados numéricos e percentuais dos gráficos quanto as representações visuais dispostas ao lado, retratam essa distribuição[1].

Destaca-se, ainda, que os comentários efetuados no texto ressaltam essas particularidades referentes a cada questão. Acredita-se que essa forma de retratar as questões (respostas simples e de múltipla escolha e as possíveis observações complementares dos entrevistados) oferece maior precisão e flexibilidade na análise, enriquecendo o conteúdo das informações proporcionadas pelo questionário.

1 Na sequência da análise se retomará esta explicação para facilitar a compreensão.

3.1 PERFIL SOCIAL DA FAMÍLIA

Em 85% dos 48 agricultores entrevistados, a figura masculina é apontada como a pessoa responsável pelo estabelecimento familiar (Gráfico 1).

Gráfico 1: Responsável pelo estabelecimento rural familiar

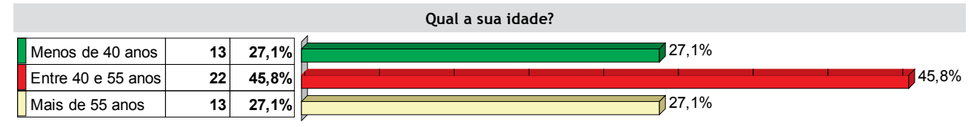
Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes da disciplina de Vivência em Agricultura Familiar do 2º semestre do ano 2013, dos cursos de Agronomia e Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina[2].

Sabe-se que as atividades realizadas por mulheres no contexto da unidade familiar, muitas vezes, não são devidamente reconhecidas, pois estão frequentemente relacionadas ao trabalho doméstico e aos diversos cuidados referentes à educação, saúde e alimentação dos membros do grupo familiar. Além dessas atividades consideradas "invisíveis", é comum as mulheres assumirem afazeres vinculados à "indústria caseira", como o processamento de lácteos, de panifícios, de frutas e verduras, a confecção de artesanato, entre outros. Assim, apesar de ser o homem retratado como o "responsável pelo estabelecimento", tal condição deve ser relativizada, pois na prática o sistema de gestão das unidades agrícolas familiares se revela complexo e todos seus integrantes exercem algum tipo de função no interior desse sistema.

O Gráfico 2 revela que quase metade dos entrevistados (46%) tem entre 40 e 55 anos de idade, sendo que 27% têm mais que 55 anos e 27% menos de 40 anos. Isso mostra que mais de dois terços dos indivíduos que exercem a função de chefe do estabelecimento estão com mais de 40 anos de idade, o que pode indicar uma tendência de envelhecimento dos responsáveis pelo estabelecimento rural.

2 Nos gráficos subsequentes essa indicação da fonte será substituída pela expressão resumida: "Dados coletados pelos estudantes (2013)".

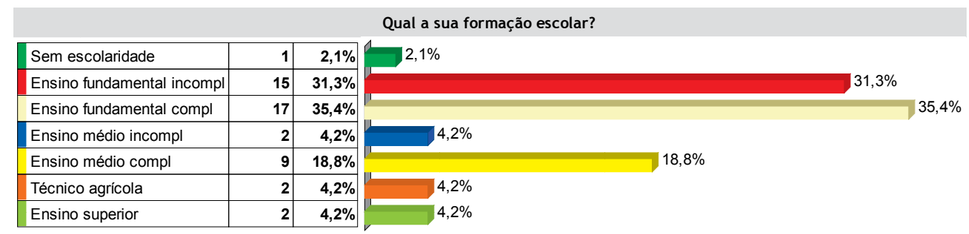
Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

A maioria dos entrevistados declarou ter algum grau de escolaridade, enquanto que apenas um entrevistado (2%) não tem escolaridade. A grande maioria dos responsáveis pelo estabelecimento (67%) afirmou ter frequentado somente o ensino fundamental, mas 47% desse total não chegaram a terminá-lo completamente. O ensino médio foi cursado por 23% dos entrevistados, dos quais 18% não o concluíram. Apenas 4% afirmaram ter formação superior e outros 4% declararam ter formação técnica agrícola (Gráfico 3).

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos entrevistados

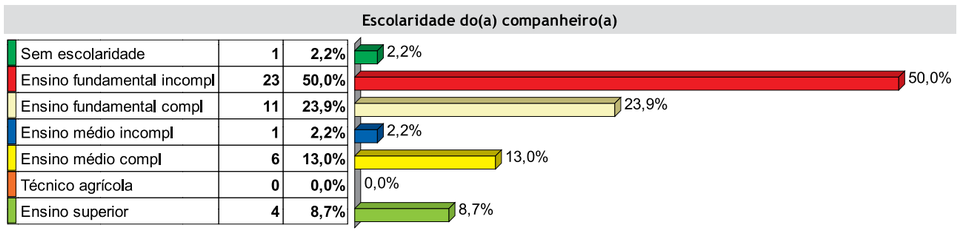


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

O Gráfico 4 indica que a maioria (74%) dos que declararam ter companheiro/a afirmou que seus cônjuges ingressaram no ensino fundamental, e que deste total 32% conseguiram concluí-lo. Em torno de 15% dos/as companheiros/as dos entrevistados cursaram o ensino médio e um percentual significativo destes (86%) terminou os seus estudos. Somente em quatro casos o cônjuge possui ensino superior. Apenas em um dos casos o/a companheiro/a não possui alguma escolaridade e nenhum declarou ter formação técnica agrícola (Gráfico 4). Os dados agregados revelam que não se constatam grandes diferenças de escolaridade formal entre chefes de estabelecimento e cônjuges, com exceção do ensino fundamental em que 31% dos chefes de estabelecimento declararam não ter completado, enquanto que entre os cônjuges este percentual sobe para 50%, assim como 4% deles possuem nível técnico enquanto todos/as os/as companheiros/as declararam não possuir este grau de escolaridade.

Percebe-se em Porto União a manutenção de um padrão histórico em que se observa a permanência de pessoas de escolaridade inferior nas atividades rurais. Isto traz à tona um desafio adicional, pois a permanência dos agricultores nas atividades do campo exigirá crescentes esforços de formação técnica, com destaque para o tema da gestão, de um público com baixa formação educacional formal.

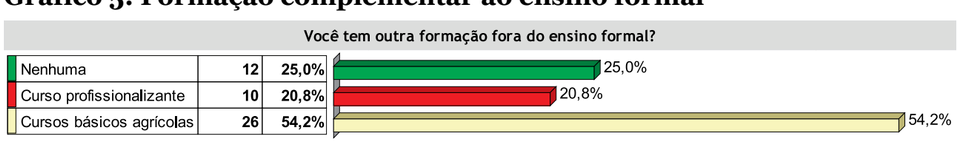
Gráfico 4 - Grau de escolaridade do(a) companheiro(a) dos entrevistados



Total de respostas: **46**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Dos 48 entrevistados que responderam à questão a respeito da formação complementar, 21% afirmaram que fizeram cursos profissionalizantes, 54% cursos básicos agrícolas e 25% não possuíam outra formação (Gráfico 5). Observa-se que, apesar da pouca escolaridade formal, há interesse no aprendizado e na renovação/aprimoramento do conhecimento por parte da maioria dos entrevistados, visto que 75% declararam que fizeram algum tipo de curso não formal. Esse é um indicador positivo que sugere elevado grau de envolvimento dos agricultores de ambos os sexos em ações educativas e de formação.

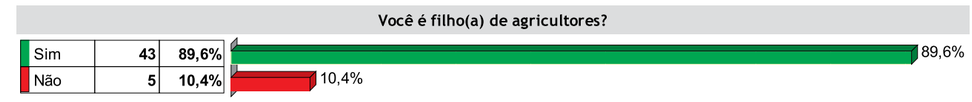
Gráfico 5: Formação complementar ao ensino formal



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação à origem familiar, quase a totalidade dos entrevistados (90%) é de filho de agricultores, enquanto 10% declararam não possuir essa relação (Gráfico 6). Isso revela a forte tradição das famílias rurais de repassar o patrimônio a seus descendentes e, consequentemente, em influenciar a profissão de seus filhos de ambos os sexos.

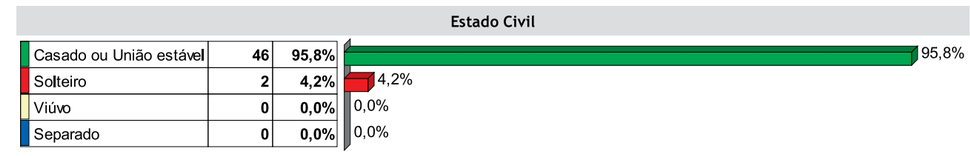
Gráfico 6: Origem dos entrevistados



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação ao estado civil, 96% dos entrevistados são casados ou estão em união estável e apenas 4% são solteiros (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estado civil dos entrevistados

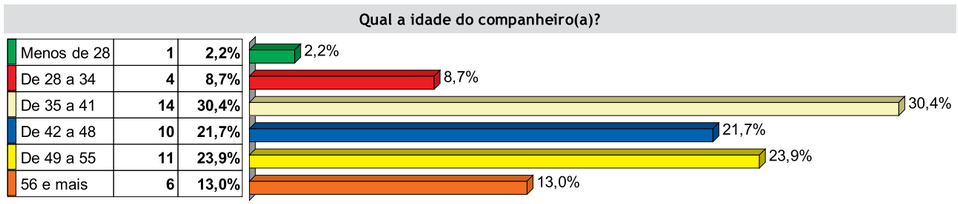


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Corroborando com os dados apresentados acima, as 46 pessoas que estão na condição de casados ou em união estável responderam sobre a idade dos/as companheiros/as. 41% dos entrevistados disseram que os cônjuges possuem menos de 41 anos, 46% têm idade entre 42 e 55 anos e 13% possuem mais de 56 anos (Gráfico 8). Estes dados mostram que, em comparação aos percentuais apresentados no Gráfico 2, no qual se percebe que 73% dos chefes de estabelecimento têm até 55 anos, há uma diferença significativa quando nos referimos aos cônjuges, pois este percentual sobe para 87% dos entrevistados. Ou seja, apesar da tendência de envelhecimento dos gestores dos estabelecimentos familiares, há um grande percentual que possui menos de 55 anos que, dependendo das estratégias ligadas à sucessão dos estabelecimentos, pode minimizar as avaliações pessimistas de falta de sucessor[3].

3 Esse tema será novamente abordado mais adiante, nas análises referentes ao Gráfico 21.

Gráfico 8: Faixa etária do(a) companheiro(a)



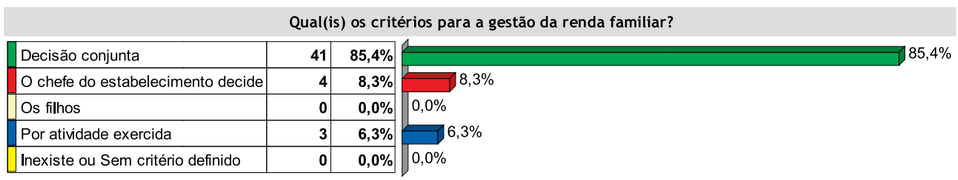
Total de respostas: **46**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

3.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

O Gráfico 9 indica que, dos 48 estabelecimentos familiares em que foram aplicados os questionários, 85% declararam ter gestão da renda familiar conjunta. Em apenas 8% dos casos, a decisão é do chefe do estabelecimento. Em 6% foi declarado que o critério se dá por atividade exercida.

Além disso, nenhum dos entrevistados respondeu que os filhos são os tomadores de decisão acerca da gestão da renda familiar. No entanto, essa última constatação deve ser ponderada, pois quase sempre a gestão da renda familiar por parte de um dos filhos está relacionada ao fato de este estar sendo preparado para assumir futuramente a função de chefe do estabelecimento. Ainda, há diversos casos em que o filho já é responsável pelo estabelecimento, mas vive junto com os pais aposentados, que continuam residindo e trabalhando na unidade de produção familiar.

Gráfico 9 - Critérios para gestão da renda familiar

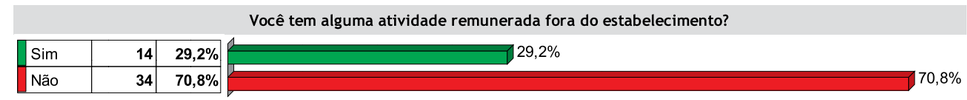


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação ao exercício de trabalho remunerado fora do estabelecimento, mas que mantém algum vínculo produtivo ou de gestão com as atividades agropecuárias

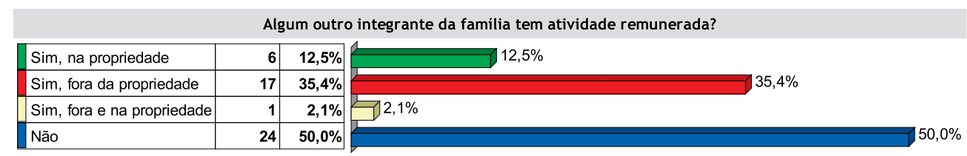
(pluriatividade[4]), 29% dos entrevistados afirmaram que eles próprios desenvolvem alguma atuação desse tipo. Isso mostra que, a agropecuária exercida dentro do próprio estabelecimento rural é ainda a principal atividade na maioria dos casos, pois 71% dos chefes de estabelecimentos são monoativos. Por outro lado, a pluriatividade atinge 50% dos estabelecimentos, quando se considera as atividades remuneradas externas exercidas por outros membros do grupo familiar, sendo 13% na propriedade, 35% fora dela e 2% dentro e fora da propriedade. Essas informações conjuntas (indicadas pelos Gráfico 10 e Gráfico 11) revelam que a pluriatividade não pode ser ignorada, devendo ser mais estudada e considerada nas ações de desenvolvimento rural.

Gráfico 10: Quantidade de agricultores com outras fontes de renda além do estabelecimento rural (pluriatividade)



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 11: Outros integrantes da família que realizam atividade remunerada

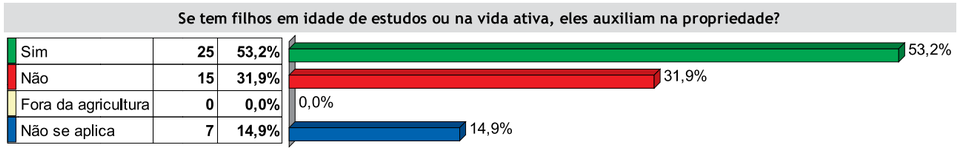


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação aos filhos em idade escolar, 53% disseram que seus descendentes auxiliam nos trabalhos da propriedade e 32% que eles não realizam nenhum tipo de ajuda no estabelecimento (Gráfico 12).

4 Neste contexto, a pluriatividade pode ser entendida como a realização de atividades agrícolas e não agrícolas, fora ou dentro do estabelecimento, conduzidas por um ou mais membros de uma família residente no meio rural.

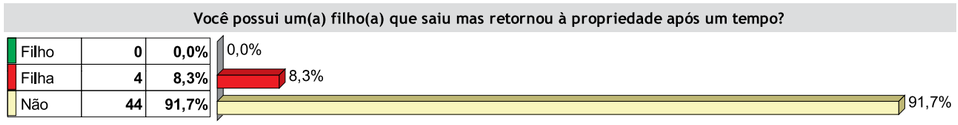
Gráfico 12: Filhos envolvidos nas atividades dos pais dentro do estabelecimento rural



Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Sobre o retorno de filhos que temporariamente saíram dos estabelecimentos por razões diversas, o Gráfico 13 revela que em nenhum dos casos os entrevistados possuíam filhos homens que saíram da propriedade e depois retornaram, e 8% tiveram uma filha que retornou ao estabelecimento depois que saiu. Ou seja, 92% não manifestaram registro de retorno dessa natureza ou não possuem filhos que tenham saído de casa.

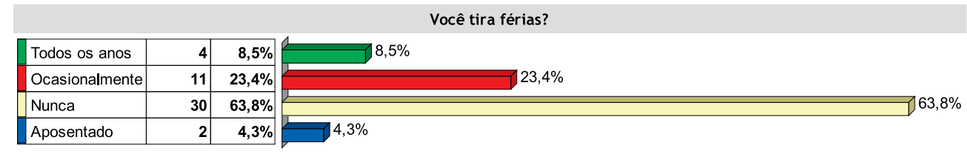
Gráfico 13: Retorno de algum(a) filho ou filha ao estabelecimento rural



Total de respostas: 48.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

De acordo com o Gráfico 14, mais de dois terços das famílias entrevistadas nunca tiram férias. Embora o questionário não permita o acesso a informações mais detalhadas a esse respeito, com esse cenário é possível imaginar que a carga de trabalho no campo continua muito intensa, fato que, combinado com a existência de famílias cada vez menores, dificulta ou impossibilita o afastamento dos agricultores de seus estabelecimentos. Provavelmente, aqueles que declararam que tiram férias todos os anos, e mesmo os que o fazem ocasionalmente, são aqueles que possuem membro da família ou pessoa de confiança que possa realizar as atividades essenciais do estabelecimento enquanto estão ausentes.

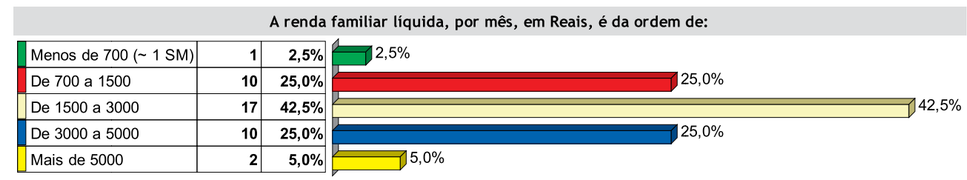
Gráfico 14: Entrevistados que tiram férias



Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Sobre a renda familiar líquida mensal (Gráfico 15), observa-se que quase três quartos dos entrevistados (73%) possuem uma renda líquida superior a R$1.500,00/mês. Apenas uma família possui renda mensal inferior a um Salário Mínimo.

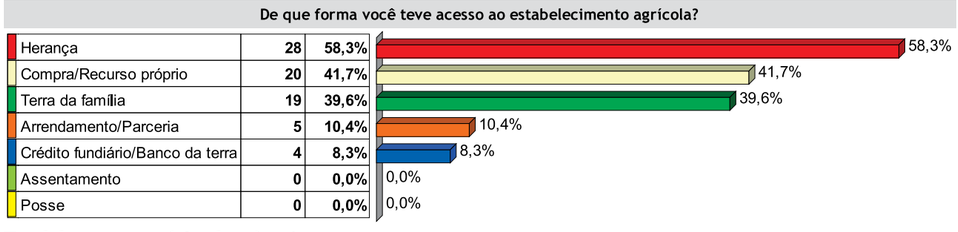
Gráfico 15: Renda líquida mensal da família



Total de respostas: **40**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Como já explicado anteriormente, o questionário possibilita aos entrevistados assinalar mais de uma resposta para algumas questões. Esse é o caso da pergunta a respeito da forma de aquisição do estabelecimento (Gráfico 16). Isso explica o registro de 76 respostas na primeira coluna deste gráfico, ou seja, em função da múltipla escolha, a somatória das opções excede o número de entrevistados. Já quanto aos dados da segunda coluna e à respectiva representação em barras no mesmo gráfico, optou-se por calculá-los com base no total de agricultores respondentes da questão (48). Desse modo, a maioria dos entrevistados (58%) revela que todo o estabelecimento, ou parte dele, foi herdado; 42% disseram que o total ou parte da propriedade agrícola foi comprada; 40% indicaram que possuem terra pertencente à família, o que sugere que esse patrimônio não passou ainda pelo processo de partilha; a obtenção de terra com apoio do crédito fundiário (quatro casos) e por arrendamento/parceria (cinco casos) totalizam 9 respostas; e, em nenhum dos casos, o acesso à terra foi resultado de assentamento ou de posse.

Gráfico 16: Forma de aquisição do estabelecimento (múltipla escolha)*

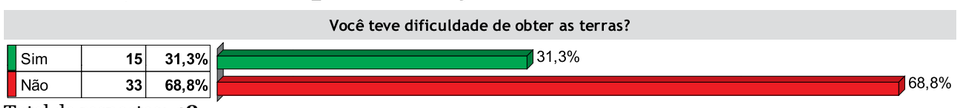


Total de respostas (1ª coluna): **76**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas também estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em seu conjunto, os dados revelam que, geralmente, a família tem um papel importante no processo de acesso à terra, seja por meio da herança, de empréstimo ou cedência que não passou pelo processo de partilha, seja, ainda, por esses dois mecanismos simultaneamente. Essas duas opções representam 47 das 76 respostas dadas pelos entrevistados.

Para adquirir a terra, 69% disseram que não tiverem problemas e 31% que enfrentaram algum grau de dificuldades (Gráfico 17). É provável que haja uma correlação entre a terra ser da família e a não dificuldade em obtê-la, indicado no gráfico anterior.

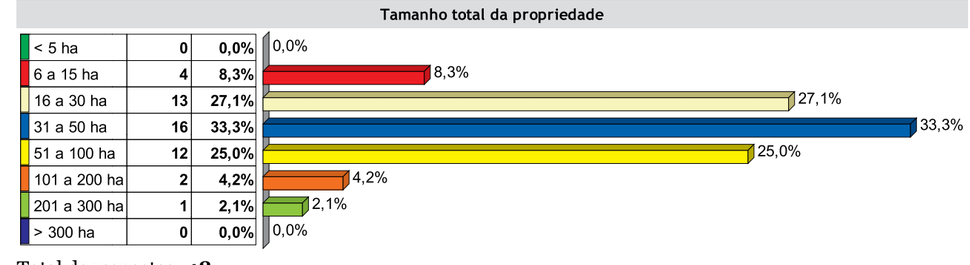
Gráfico 17: Dificuldade para obtenção da terra



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Com relação ao tamanho da propriedade, 69% dos estabelecimentos têm menos do que 50 ha (Gráfico 18). Portanto, em sua maioria, as famílias visitadas são constituídas por agricultores familiares que possuem terras geralmente herdadas ou que ainda pertencem à família. Há, ainda, mais de 35% cuja área de terra é inferior a 30 ha, o que evidencia acesso a uma porção limitada de terra para a reprodução e, inclusive, para a sucessão familiar.

Gráfico 18: Tamanho total da propriedade



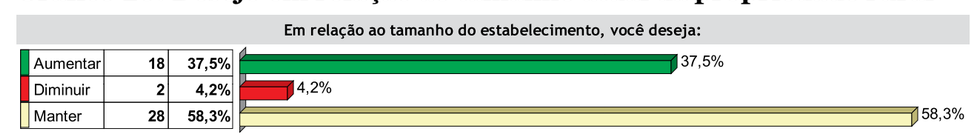
Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

O Gráfico 19 indica que quase dois terços dos entrevistados declararam que a área dos seus estabelecimentos aumentou de tamanho ao longo do tempo (58%), enquanto que 38% disseram que a terra mantém o seu tamanho inicial e em apenas 4% dos casos houve diminuição. Além disso, 4% dos entrevistados manifestaram que desejam diminuir o tamanho de sua propriedade, sendo que 58% estão satisfeitos com o seu tamanho e 38% têm a intenção de aumentar (Gráfico 20).

Gráfico 19: Evolução do tamanho da propriedade rural

Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 20: Desejo em relação ao tamanho atual da propriedade rural

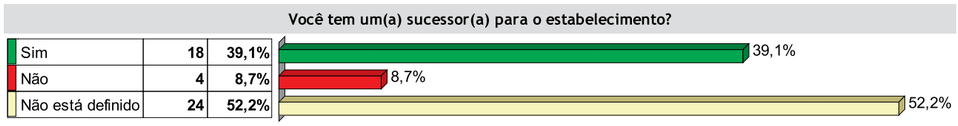


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação à sucessão do estabelecimento familiar, os dados indicam que em 39% dos casos há um sucessor que assumirá a gestão do estabelecimento após o atual chefe cessar suas atividades. Apenas 9% afirmaram que não dispõem de um sucessor. Outros

52% responderam que ainda não está definida a questão da sucessão da propriedade (Gráfico 21). Esse quadro revela que o tema da sucessão ainda não se apresenta como um problema estrutural da agricultura do município. Como se trata de famílias que possuem filhos pequenos, pouco mais da metade ainda não tem claro como se dará o processo sucessório.

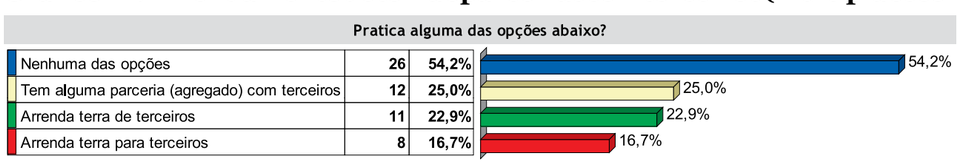
Gráfico 21: Sucessor para o estabelecimento rural



Total de respostas: **46**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

A pergunta relacionada ao arrendamento de terras e parcerias também possibilita responder a mais de uma alternativa. O total de 57 respostas significa a presença de múltiplas situações neste quesito. Apenas 16,7% arrenda parte das suas terras para terceiros. E se por um lado, 54% dos respondentes não recorre a nenhuma dessas práticas (Gráfico 22), por outro, 25% afirmam ter terras como resultado de algum tipo de parceria e 23% devido ao arrendamento de áreas de terceiros. Esses dois últimos números estão coerentes com o desejo de aumentar o tamanho do estabelecimento, conforme abordado anteriormente.

Gráfico 22: Arrendamento de terra e parcerias com terceiros (múltipla escolha)*

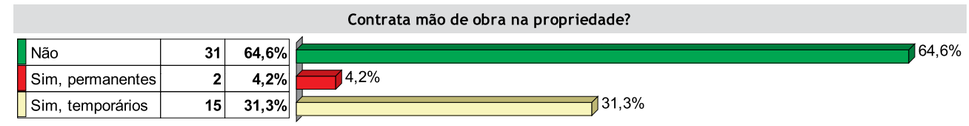


Total de respostas (1ª coluna): **57**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Sobre a contratação de mão de obra para auxílio nos trabalhos, os dados indicam que em 65% das propriedades não existe esse tipo de apoio, e pouco mais de um terço (35%) contrata mão de obra, sendo que 31% afirmaram que a contratação é sazonal (Gráfico 23).

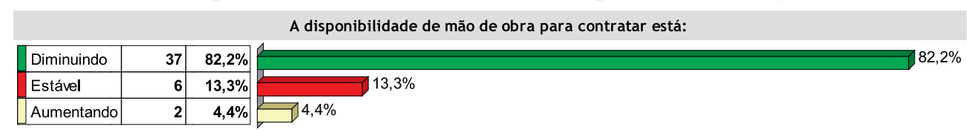
Gráfico 23: Contratação de mão de obra na propriedade



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Dentro deste tema também é importante registrar um fenômeno recorrente em várias regiões de Santa Catarina: as dificuldades de contratação de trabalhadores rurais. No que se refere a questão sobre disponibilidade de mão de obra para a contratação, 82% dos entrevistados afirmaram que a mão de obra disponível está diminuindo na região (Gráfico 24). Este é um importante indicador que pode afetar negativamente a reprodução social da agricultura familiar.

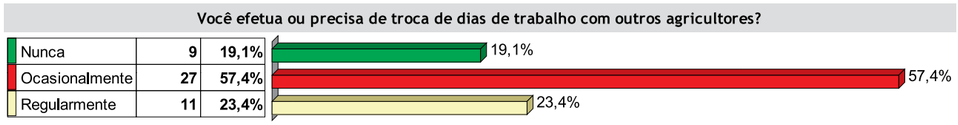
Gráfico 24: Disponibilidade de mão de obra para contratação



Total de respostas: **45**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação à troca de dias de trabalho com outros agricultores, o Gráfico 25 informa que 19% nunca recorrem a essa prática; 57% a fazem ocasionalmente e 24% trocam dias de trabalho regularmente. A soma das trocas ocasionais e as regulares (81%) revela que esta prática, muito comum entre agricultores familiares do passado, permanece viva na região. A carência de força de trabalho contratada e a redução do tamanho dos grupos familiares ajudam a explicar a importância desse tipo de ajuda mútua, que deve ocorrer especialmente durante a condução de certas atividades mais especializadas e em determinadas fases do processo produtivo que demandam mais trabalho. A ação solidária e a ajuda mútua são importantes fatores de diferenciação entre a agricultura familiar tradicional e aquela mais modernizada, como, por exemplo, entre as propriedades integradas com o agronegócio industrial. Estas últimas incorporam o trabalho como insumo vinculado estritamente à eficiência de produção, enquanto que para as primeiras o trabalho cooperativo é resultado do fortalecimento das relações sociais estabelecidas, pois mantém vivo o tecido social que dá sustentação e garante a reprodução da agricultura familiar.

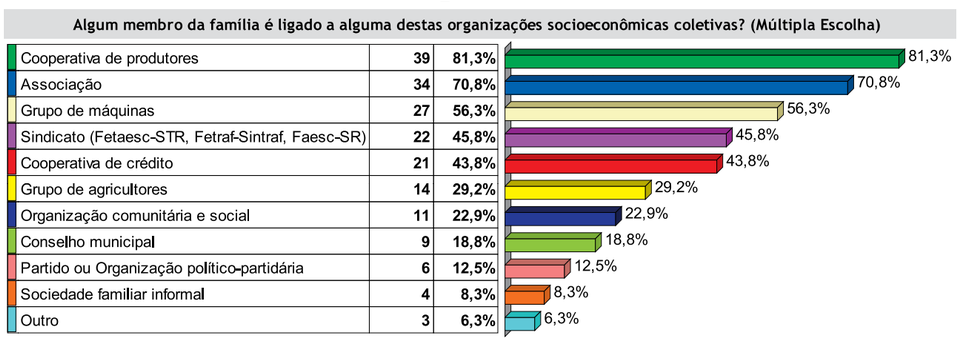
Gráfico 25: Troca de dias de trabalho com outros agricultores



Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

O questionário apresentou uma questão relacionada à participação de membros da família em organizações coletivas. Esta questão também possibilita múltiplas respostas (Gráfico 26). No conjunto, os entrevistados forneceram um total de 190 respostas. O gráfico indica, também, os percentuais de cada variável conforme o universo amostral de entrevistados respondentes. Dos 48 entrevistados, 81% assinalaram a participação de algum membro da família em cooperativas de produtores, 71% disseram que participam de associações e 56% de grupos de máquinas. Também há uma participação expressiva em sindicatos e cooperativas de crédito, com, respectivamente, 46% e 44% de incidência. Além disso, merece citação o envolvimento em grupos de agricultores (30%) e em organizações do tipo comunitária e social (23%). Esse quadro de respostas evidencia uma vida sociopolítica relativamente intensa dos agricultores, que certamente repercute na maior capacidade de reprodução social das unidades produtivas.

Gráfico 26: Participação de membros da família em organizações socioeconômicas coletivas (múltipla escolha)*



Total de respostas (1ª coluna): **190**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

3.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, AUTOABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Em relação às principais produções agropecuárias da propriedade, o questionário apresenta uma lista de possibilidades para que o entrevistado eleja em ordem de importância as três principais: primária, secundária e terciária. Tais citações foram condensadas no Gráfico 27.

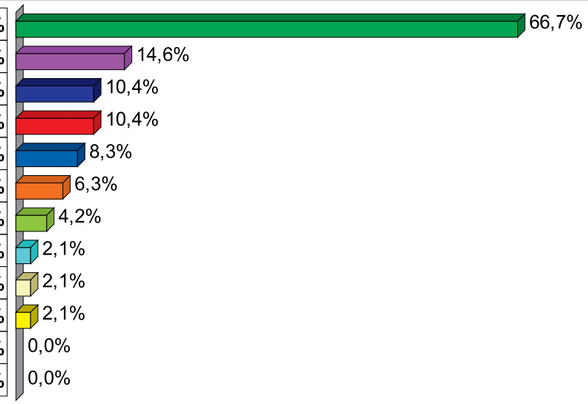
Percebe-se que, no conjunto, a criação animal recebeu destaque, sendo as mais expressivas: a bovinocultura de leite (67%), a bovinocultura de corte (10%), suinocultura (8%) e a avicultura, piscicultura e outros animais com 2% cada. O reflorestamento aparece com o segundo maior percentual de respostas (15%), porém nos questionários é citado pelos entrevistados como uma atividade secundária ou terciária. A horticultura, o cultivo de cereais e a fruticultura somam 21% das respostas, e compõem, principalmente, as atividades primárias e secundárias das famílias entrevistadas. Nenhum dos entrevistados é fumicultor, o que sugere que essa atividade está associada a situações de unidades agrícolas familiares de menor porte econômico, as quais não foram contempladas nesta edição da VAF.

A escolha de todos os itens apresentados no questionário sugere que a agricultura familiar do município continua diversificada, embora mantendo a prevalência de algumas atividades convencionais, como a bovinocultura de leite e a suinocultura, e o crescimento de atividades como o reflorestamento e a produção de outros vegetais e hortaliças em escala comercial.

Gráfico 27: Principais produções do estabelecimento agrícola (múltipla escolha) *

Principais produções (ordenar por importância: 1°, 2°, 3°...)

Bovinocultura de leite	32	66,7%
Reflorestamento	7	14,6%
Horticultura	5	10,4%
Bovinocultura de corte	5	10,4%
Suinocultura	4	8,3%
Cereais	3	6,3%
Fruticultura	2	4,2%
Outros animais	1	2,1%
Avicultura	1	2,1%
Piscicultura	1	2,1%
Fumicultura	0	0,0%
Outros vegetais	0	0,0%



Total de respostas (1ª coluna): **61**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

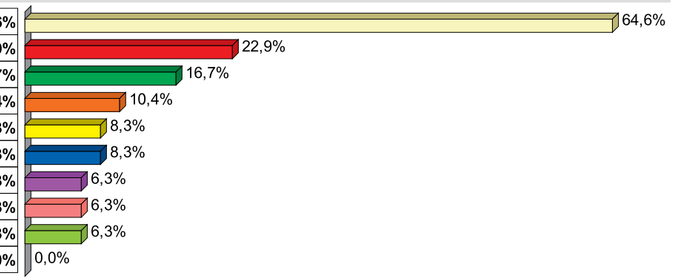
As principais estratégias de venda da produção foram respondidas por grau de importância, também no limite de três opções para cada entrevistado. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 28, entre as 72 respostas obtidas destaca-se a venda à cooperativa, a qual é indicada como preponderante por 65% dos respondentes. Isto denota a importância de organizações associativas que realizam a ação comercial com capacidade de permitir ganhos de escala à produção (normalmente pequena) de cada unidade produtiva. Note-se que a venda da produção no próprio estabelecimento é presente, correspondendo a realidade de 17% dos entrevistados. Esta possibilidade ganha importância em contextos como o de Porto União que, conjuntamente com o município vizinho de União da Vitória (PR), possui um centro urbano maior. A busca dos consumidores por produtos coloniais comercializados diretamente pelos produtores é comum em contextos de proximidade com a produção rural, quando esta se encontra organizada para tanto. A venda na propriedade, juntamente com as vendas para atravessador, feira, comércio local, entrega em domicílio e para mercado institucional foram citadas por 27% dos respondentes. Apesar dos entrevistados não terem citado como estratégia de venda o mercado institucional, em torno de 13% mencionaram especificamente o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Quando observadas em conjunto, as formas de venda direta do produtor ao consumidor ou os chamados circuitos curtos, que se caracterizam pela baixa presença de agentes intermediários nos processos de comercialização, têm um peso importante para o município. Considerando que as sedes

administrativas de Porto União e União da Vitória formam um único núcleo urbano de aproximadamente 85 mil habitantes, nota-se que o espaço para a ampliação deste tipo de mercado é ainda muito significativo.

Gráfico 28: Principais formas de comercialização da produção (múltipla escolha) *

Principais estratégias de venda da produção (ordenar por importância: 1°, 2°, 3°...)

Venda à cooperativa	31	64,6%
Venda à indústria	11	22,9%
Na propriedade	8	16,7%
Comércio local	5	10,4%
Feira	4	8,3%
Venda à atravessador	4	8,3%
PAA	3	6,3%
PNAE	3	6,3%
Entrega à domicílio	3	6,3%
Mercado institucional	0	0,0%



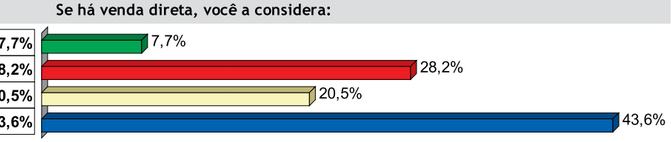
Total de respostas (1ª coluna): **72**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Dos 48 entrevistados, 39 opinaram sobre a importância da venda direta, conforme pode ser visto no Gráfico 29. Dentre os que responderam essa questão, em torno de 44% afirmam não haver venda direta da produção. Para 36% dos entrevistados essa estratégia é complementar ou acessória e 21% acreditam que a venda direta da produção é essencial. Chama atenção que um número expressivo de entrevistados concebe a venda direta como essencial ou complementar dentre as formas de comercialização que utilizam. Tal percepção poderia ser aproveitada pelos agentes locais para qualificar estratégias de venda em circuitos curtos, a exemplo das mais de 20 feiras já implantadas nos perímetros urbanos dos municípios gêmeos.

Gráfico 29: Importância dada pelos agricultores para a venda direta

Se há venda direta, você a considera:

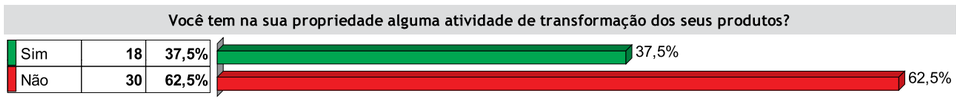
Acessória (suplementar)	3	7,7%
Complementar	11	28,2%
Essencial	8	20,5%
Não há venda direta	17	43,6%



Total de respostas: **39**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Um número significativo das famílias beneficia seus produtos (37%), enquanto que a maioria não faz nenhum tipo de transformação (63%), entre um total de 48 famílias que responderam esta questão (Gráfico 30). Aqui se revela outro potencial da agricultura familiar local, cujos produtos coloniais têm uma boa aceitação pelos consumidores.

Gráfico 30: Beneficiamento da produção

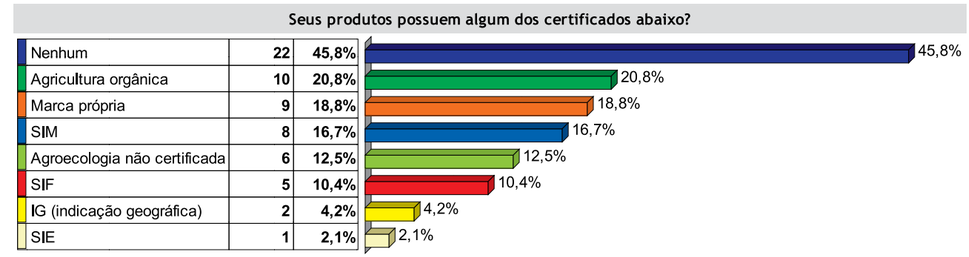


Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação à certificação da produção também foi possível marcar mais de uma alternativa, resultando num total de 63 respostas (Gráfico 31). Boa parte dos entrevistados (46%) não emprega nenhum tipo de certificação, o que denota uma distância entre a produção local e as diversas formas de certificação de produto de qualidade superior. Dentre os que fizeram menção a alguma certificação, a indicação "agricultura orgânica", que aqui se refere a qualquer tipo de certificação de produtos orgânicos como os efetuados pela Rede Ecovida de Agroecologia, Ecocert, BioCert, IBD, dentre outros, teve uma expressiva citação dos entrevistados (21%)[5]. A opção "Marca própria" foi indicada por 19% dos respondentes. As marcas do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), o correspondente estadual (SIE) e o federal (SIF) registraram, respectivamente, 17%, 2% e 10%. Este fato pode estar associado com a característica de produção animal presente fortemente nos estabelecimentos dos entrevistados dessa VAF, sendo marcante a produção de bovino de leite, de corte, suíno e aves, conforme registrado no Gráfico 27. A agroecologia não certificada e a Indicação Geográfica (IG) registraram 17% das respostas. O termo "agroecologia não certificada" refere-se às situações nas quais o agricultor considera suas práticas de produção agroecológicas, ainda que elas não possuam a chancela e o selo de nenhuma empresa/organização autorizada a fornecer esse tipo de credenciamento.

5 Neste item relativo à certificação, merece destaque o trabalho realizado na região pela Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária (Comsol) de Porto União. Trata-se de uma organização ligada à Rede Ecovida, que realiza a certificação de produtos agroecológicos de forma participativa, sem a intervenção de uma empresa de certificação privada.

Gráfico 31: Sistema de certificação empregado pelo entrevistado (múltipla escolha)*

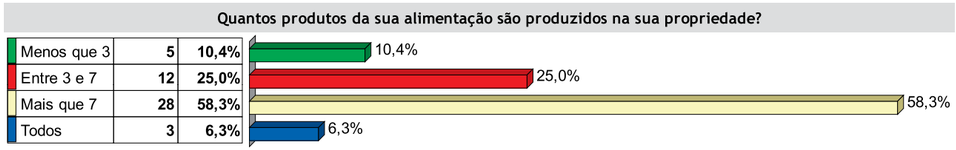


Total de respostas (1ª coluna): **63**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Os três gráficos a seguir tratam da estratégia familiar em relação ao consumo de alimentos. Mais de 64% dos entrevistados que participaram da Vivência em Agricultura Familiar em Porto União produzem todos ou mais de sete alimentos consumidos por sua família (Gráfico 32). Esses dados evidenciam a relevância da produção para autoabastecimento na maioria das unidades agrícolas. Esse tipo de produção é considerado importante para 92% e moderado ou insignificante para apenas 8% (Gráfico 33). A maioria dos entrevistados (71%) declarou que gasta de R$200,00 a R$500,00 mensais com alimentação; 22% entre R$500,00 e R$1.000,00, 2% acima de R$1.000,00 e apenas 4% gastam menos de R$100,00 (Gráfico 34). Os dados coletados não permitem uma análise aprofundada desta situação, mas é possível que haja uma relação entre os agricultores que acreditam que a produção para autoabastecimento seja insignificante e o gasto de mais de R$1.000,00 por mês para alimentar a família. É importante que profissionais técnicos de extensão do município, e até mesmo os gestores públicos, atentem para esta realidade a fim de direcionar trabalhos de soberania alimentar com as famílias de agricultores.

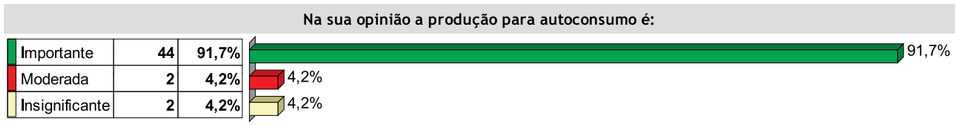
Entretanto, merece destaque o fato de que, apesar da crescente mercantilização à qual as famílias rurais são pressionadas, há ainda significativo percentual delas que preservam o autoabastecimento como estratégia de renda não monetária e garantia de qualidade alimentar.

Gráfico 32: Quantidade de produtos produzidos na propriedade que são consumidos pela família



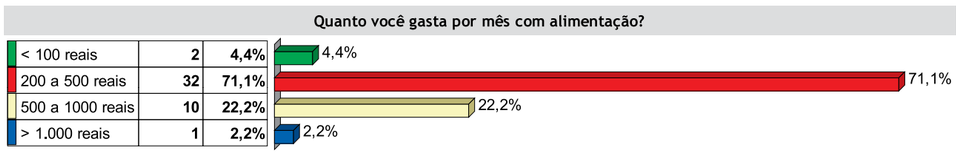
Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 33: Grau de importância da produção para autoabastecimento



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 34: Gasto mensal com alimentação



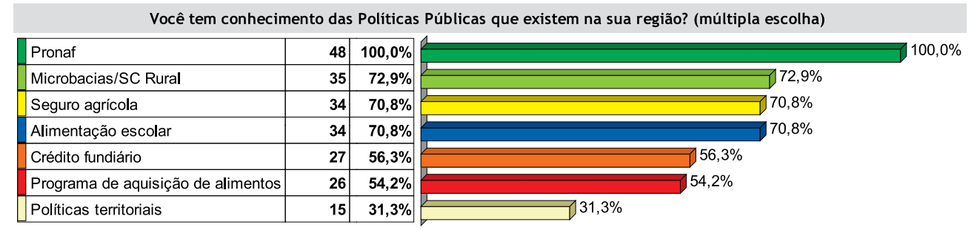
Total de respostas: **45**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

3.5 GRAU DE CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

De um total de 219 manifestações obtidas em relação ao conhecimento sobre as políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destaca-se com a citação de 100% dos entrevistados, seguido do Microbacias/SC Rural com 73%, do Seguro Agrícola e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ambos com 71%. O Crédito Fundiário foi lembrado por 56% dos entrevistados e o Programa de Aquisição de Alimentos por 54%. O menor percentual, mas não menos significativo, é o das Políticas Territoriais, que foi mencionada em 31% dos questionários. Note-se pelo Gráfico 35 que todas as sete políticas indicadas obtiveram percentuais expressivos, indicando que

os agricultores possuem um alto grau de conhecimento dessas políticas na região.

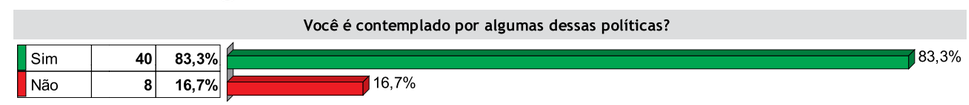
Gráfico 35: Conhecimento sobre a existência de políticas públicas (múltipla escolha)*



Total de respostas: **219**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

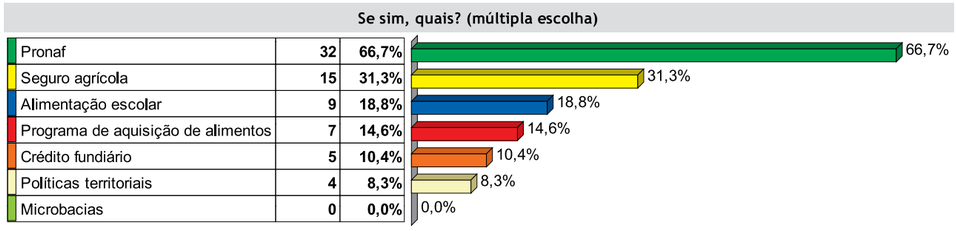
A grande maioria dos entrevistados (83%) afirma que foi contemplada por alguma das políticas destacadas anteriormente (Gráfico 36). No que se refere à pergunta sobre quais políticas públicas os agricultores já acessaram, de um total de 72 respostas, o Pronaf (67%) e o Seguro Agrícola (31%) foram as mais lembradas, seguidas pela Alimentação Escolar e pelo PAA, que somaram 33% das respostas (Gráfico 37). Não é de estranhar que o Pronaf, como política mais consolidada e ligada diretamente aos créditos de custeio e de investimento, tenha o destaque verificado. Entretanto, chama a atenção a utilização do PAA e do PNAE pelos agricultores locais, por serem programas novos e com características menos abrangentes que o crédito rural. O acesso expressivo a essas políticas ligadas pode estar correlacionado ao processo de seleção dos agricultores familiares participantes da VAF, que privilegiou aqueles com maior participação sociopolítica nas organizações profissionais agrícolas locais.

Gráfico 36: Número de entrevistados contemplados pelas políticas públicas existentes na região



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

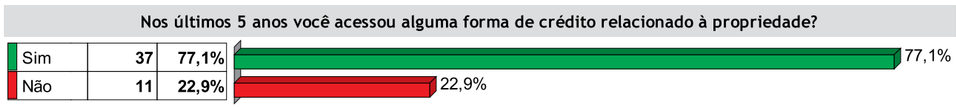
Gráfico 37: Políticas públicas mais acessadas pelos entrevistados (múltipla escolha)*



Total de respostas (1ª coluna): **72**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Dos 48 agricultores que opinaram sobre o acesso ao crédito rural, 77% confirmaram ter recorrido a esse tipo de política nos últimos cinco anos (Gráfico 38). Esse quadro confirma a capilaridade obtida pelas políticas de financiamento rural da agricultura familiar nos últimos anos.

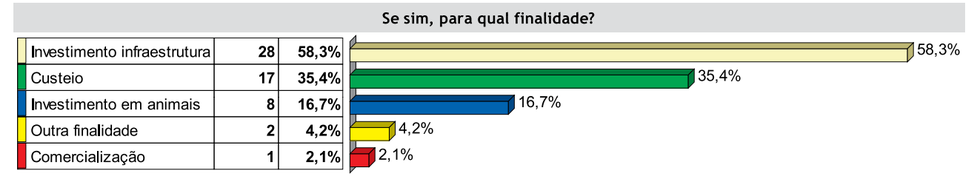
Gráfico 38: Acesso a políticas de crédito rural nos últimos cinco anos



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Sobre a finalidade do crédito rural obtido também foi possível indicar mais de uma alternativa no questionário, o que gerou um total de 56 respostas. A maior parte dos agricultores (58%) empregou os recursos do crédito no investimento em infraestrutura, 35% em custeio e 17% utilizaram o crédito para investimento em animais. Nota-se que os empréstimos oficiais de apoio à comercialização são ainda pouco empregados pelos entrevistados (2%). É importante lembrar, todavia, que as políticas públicas ligadas à segurança alimentar e nutricional (PAA e PNAE) possuem estratégias próprias de pagamento aos agricultores, e que, em alguns casos, se configuram como alternativas às políticas públicas de financiamento voltadas à comercialização já existentes dentro do Pronaf e das demais linhas do Sistema Nacional de Crédito Rural (Gráfico 39).

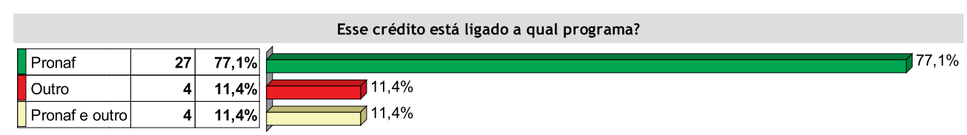
Gráfico 39: Finalidade do crédito rural obtido nos últimos cinco anos (múltipla escolha)*



Total de respostas (1ª coluna): **56**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Do total de 37 agricultores que responderam ter acessado política de crédito rural 77% afirmam que o fizeram por meio do Pronaf (Gráfico 38), enquanto 11% a acessaram pelo Pronaf juntamente com outro tipo de crédito (Gráfico 40). Isso evidencia a importância deste Programa para atender necessidades de agricultores cujo perfil é semelhante aos que participaram da VAF. Conforme foi especificado na introdução deste estudo, esses agricultores figuram entre os que apresentam condições socioeconômicas mínimas para acolher os alunos, não representando, portanto, situações de pobreza ou de vulnerabilidade social.

Gráfico 40: Conexão entre o crédito obtido nos últimos cinco anos com o Pronaf



Total de respostas: **35**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

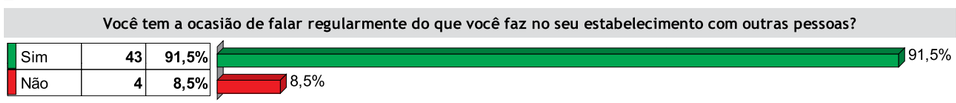
3.6 RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Perguntou-se às pessoas se elas costumam falar com outros sobre suas atividades na propriedade. Dos 47 entrevistados que responderam a esta pergunta, 92% disseram que sim (Gráfico 41). Já a questão sobre quais assuntos relacionados às atividades agrícolas os entrevistados conversam com outras pessoas, foi possível elencar até três opções, o que resultou num total de 122 respostas. Os assuntos mais discutidos com outras pessoas são

os relacionados aos aspectos técnico-econômicos agropecuários, evidenciados por 69% dos entrevistados. Já os que assuntos relativos ao futuro da agricultura na região foram declarados por 65% dos respondentes; assuntos sobre a comunidade rural obtiveram 60% de referências; e questões relativas às legislações ambientais registraram 56%. Apenas 4% dos entrevistados disseram não ter o hábito de discutir esses assuntos com outras pessoas (Gráfico 42).

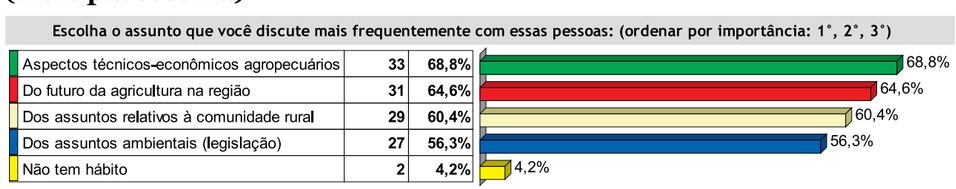
Observa-se, assim, que há uma preocupação por parte dos agricultores sobre o futuro da agricultura e os assuntos coletivos relativos à comunidade. É comum a troca de informações técnicas entre os agricultores familiares, que resultam, muitas vezes, em uma formação que alia o conhecimento tradicional e as técnicas mais especializadas aprendidas junto aos vizinhos. Essa troca é viabilizada pela sociabilidade existente na região e que representa um traço característico da agricultura familiar.

Gráfico 41: Troca de ideias sobre ações realizadas na propriedade com outras pessoas



Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 42: Temas mais frequentes nas discussões com outras pessoas (múltipla escolha)*

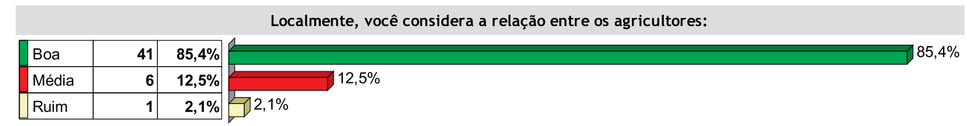


Total de respostas: **122**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Ao visualizar o Gráfico 43 é possível perceber a opinião dos entrevistados sobre sua relação com os demais agricultores locais. Para a grande maioria (85%) a relação é boa; para 13% deles a relação é média e para 2% a relação com os agricultores locais é ruim. Isto sugere que existe uma correlação em relação aos laços de amizade entre as famílias de

agricultores e a confiança necessária para haver trocas frequentes de informações.

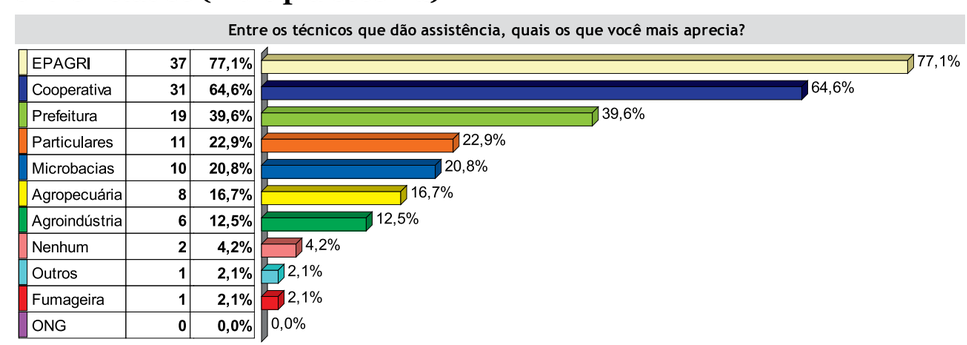
Gráfico 43: Relacionamento entre os agricultores locais na opinião dos entrevistados



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Sobre o tema da assistência técnica, os entrevistados foram convidados a elencar até três organizações que eles mais apreciam. De um total de 126 respostas, destacam-se três serviços técnicos: a Epagri com 77% dos entrevistados, as cooperativas (65%) e a prefeitura (40%). Apenas em dois casos nenhum dos técnicos que prestam assistência é referenciado de forma positiva pelos agricultores (Gráfico 44).

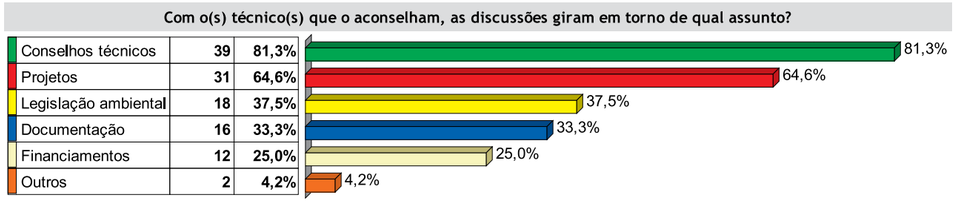
Gráfico 44: Serviços de assistência técnica mais referendados pelos entrevistados (múltipla escolha)*



Total de respostas (1ª coluna): **126**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Em relação aos tipos de assunto que os entrevistados costumam conversar com os técnicos, o mais recorrente, representando 81% dos entrevistados, refere-se a conselhos técnicos; 65% a assuntos sobre projetos; 37% sobre legislação ambiental; e 33% referem-se à documentação (Gráfico 45).

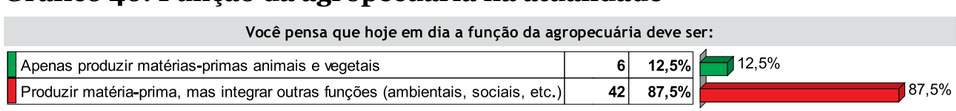
Gráfico 45: Tipos de assuntos conversados com os técnicos (múltipla escolha)*



Total de respostas (1ª coluna): **118**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Na opinião de 88% dos entrevistados, a função da agropecuária deve ser tanto a de produzir matéria-prima quanto a de integrar outras funções, tais como as de caráter ambiental e social (Gráfico 46). Essa questão aponta que a maioria dos agricultores percebe a agricultura não apenas como uma atividade econômica, mas que cumpre também outras funções de caráter ambiental e social, sendo destaque nesse sentido a geração da ocupação do território rural e a manutenção de um tecido social ativo, como bem demonstra o tópico referente à participação das famílias de agricultores em diversas organizações locais. Assim, algumas políticas públicas teriam, certamente, respaldo destes agricultores se os compensassem por serviços ambientais e desonerassem, por redução de impostos ou outros mecanismos de compensação, a produção de alimentos para o consumo humano e a manutenção de um tecido social em territórios rurais.

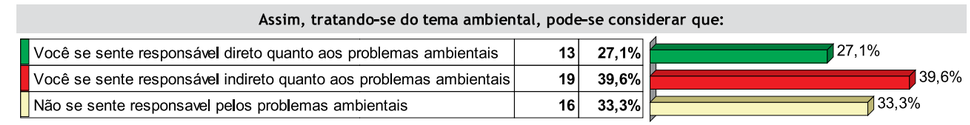
Gráfico 46: Função da agropecuária na atualidade



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Quanto ao tema ambiental, cerca de 40% dos entrevistados se sentem indiretamente responsáveis pelos problemas ambientais; 27% diretamente responsáveis e 33% afirmam não ter responsabilidades nessa questão (Gráfico 47).

Gráfico 47: Percepções sobre a questão ambiental



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

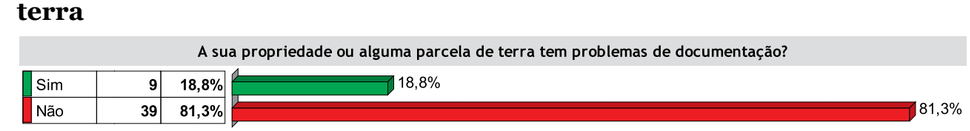
Vale salientar que quando o trabalho de campo foi realizado ainda não havia a necessidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo que as questões ligadas à legalidade ambiental baseavam-se na legislação anteriormente em vigor. Contudo, as respostas evidenciam que os procedimentos ambientais continuam pouco eficazes junto à agricultura familiar. Em 35% das propriedades havia registro ou projetos já encaminhados para averbação da Reserva Legal (RL) ou Área de Preservação Permanente (APP) e em 27% estavam em andamento. Para 38% dos casos a averbação ou projetos nesse sentido ainda não existia (Gráfico 48). Esse dado salienta a necessidade de ações para diminuir o percentual de estabelecimentos que ainda não estão adequados às normas ambientais.

Sobre a existência de problemas relativos à documentação da propriedade, 81% dos entrevistados disseram que não têm problemas com a titulação da terra e 19% declararam possuir dificuldades nesse sentido (Gráfico 49).

Gráfico 48: Número de proprietários com registro ou projetos para a averbação da RL ou APP

Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 49: Problemas de documentação com a propriedade ou parcela de terra



Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Com o intuito de saber as intenções dos agricultores em relação ao futuro do estabelecimento e, consequentemente, da sua profissão, foi prevista a indicação de até quatro alternativas. Do total de 146 respostas, 67% dos entrevistados afirmam ter a intenção de se modernizar; 54% disseram querer aumentar o rebanho; 38% pretendem diversificar a produção; 23% desejam praticar a agricultura orgânica; 21% pretendem aumentar a área explorada por compra ou aluguel de terras, 21% se especializar em uma cultura ou criação e outros 21% desejam a certificação da produção. As demais intenções para um futuro próximo são variadas e representaram menos que 15% (Gráfico 50). Apesar da evidente preponderância da ideia genérica de "se modernizar" para grande parte dos entrevistados, chama a atenção o percentual dos que responderam ter interesse em diversificar as atividades e em produzir orgânicos. A diversificação é vista por muitos como avessa à noção de se modernizar que, ao contrário, exigiria mais especialização. Observa-se uma contradição naqueles que responderam que gostariam tanto de se modernizar como de se diversificar, ao mesmo tempo em que a referência à diversificação pode estar respondendo ao perfil de atender a mercados locais, feiras, PAA e PNAE, que são formas comerciais que demandam um leque maior de produtos para a venda.

Gráfico 50: Desejo de mudanças no estabelecimento agrícola ou na profissão de agricultor (múltipla escolha)*

Em um futuro próximo você possui a intenção de realizar mudanças no estabelecimento ou na sua profissão? (múltipla escolha)

Se modernizar	32	66,7%
Aumentar o rebanho	26	54,2%
Diversificar a produção	18	37,5%
Produção de orgânicos	11	22,9%
Aumentar a área explorada por compra ou aluguel de terras	10	20,8%
Especializar em uma única cultura ou criação	10	20,8%
Certificação da produção	10	20,8%
Exercer uma atividade não-agrícola mas continuar agricultor	7	14,6%
Outras	6	12,5%
Diminuir o rebanho	4	8,3%
Exercer uma atividade de serviço na propriedade	4	8,3%
Constituir uma sociedade/parceria	3	6,3%
Entrar em uma associação	3	6,3%
Sair de uma sociedade para trabalhar sozinho	1	2,1%
Diminuir a área produzida	1	2,1%
...	0	0,0%

Total de respostas (1ª coluna): **146**.
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

No que concerne às condições de vida no campo, para 85% dos entrevistados a situação melhorou; 6% declararam que se manteve igual nos últimos anos e apenas 9% disseram que viver no meio rural piorou (Gráfico 51). Esse dado é muito importante, pois revela que os agricultores possuem opiniões condizentes a seu estilo de vida no contexto atual. São elementos que justificam a criação de políticas públicas que ajudam a manter a população no campo e a fortalecer o desenvolvimento rural da região.

Gráfico 51: Percepção sobre a vida no meio rural

Nos últimos anos, você diria que a qualidade de vida no meio rural:

Melhorou	40	85,1%
Se manteve	3	6,4%
Regrediu	4	8,5%

Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Sobre o futuro da atividade agropecuária, 91% dos entrevistados disseram estar otimistas e apenas 9% pessimistas (Gráfico 52). A grande maioria dos entrevistados que responderam sobre a satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural (98%) disse que está satisfeita com a vida no campo e que deseja continuar no meio rural; e apenas 2% não estão satisfeitos e não têm vontade de permanecer no meio rural (Gráfico 53).

Gráfico 52: Opinião sobre o futuro da agropecuária

Qual a sua opinião sobre o futuro da agropecuária?

Otimista	42	91,3%
Pessimista	4	8,7%

Total de respostas: **46**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Gráfico 53: Satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural

Você está satisfeito e tem vontade de continuar vivendo no meio rural?

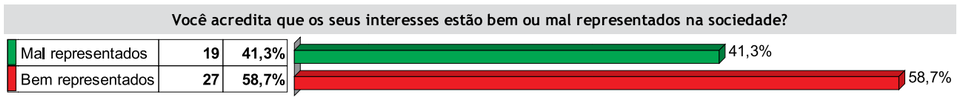
Sim	47	97,9%
Não	1	2,1%

Total de respostas: **48**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

De 46 entrevistados que responderam sobre a representação de seus interesses na sociedade (Gráfico 54), 59% consideram estar bem representados enquanto que 42% consideram estar mal representados na sociedade. Percebe-se que as opiniões estão

relativamente divididas, apesar do predomínio dos que se sentem bem representados. Considerando a diversidade de organizações a que os agricultores familiares estão vinculados, apresentada anteriormente, entende-se que os que se consideram mal representados estão sinalizando a necessidade de repensar as formas de trabalho das organizações em questão. Entretanto, as respostas podem estar se referindo a alguma organização em particular. Isto é uma informação que o trabalho de campo não conseguiu individualizar.

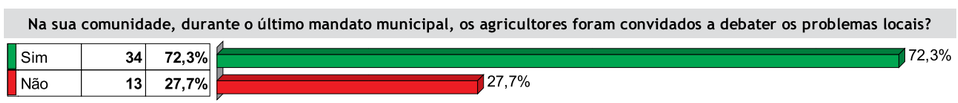
Gráfico 54: Representação dos interesses dos agricultores na sociedade



Total de respostas: **46**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

Por fim, em relação à participação social na discussão dos problemas locais junto à administração pública, 72% dos entrevistados disseram que durante o último mandato municipal foram convidados a debater os problemas da comunidade e 28% afirmaram o contrário, conforme pode ser visto no Gráfico 55.

Gráfico 55: Participação política dos agricultores na discussão dos problemas locais



Total de respostas: **47**.
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tópico tem o propósito de sintetizar alguns aspectos considerados mais relevantes apontados na pesquisa, sem ter a intenção de ser exaustivo.

Em primeiro lugar, percebe-se que o nível de escolarização dos agricultores é baixo, pois 31% dos respondentes têm o ensino fundamental incompleto e 2% não têm escolaridade, o que representa um terço dos agricultores que participaram da VAF. Um segundo ponto a ser destacado é que quase dois terços dos chefes de estabelecimentos (homens e mulheres) encontram-se na faixa etária acima dos 40 anos, sendo 27% acima dos 55 anos, demonstrando uma associação entre dois fatores: a condução da gestão dos estabelecimentos por agricultores com idade mais elevada e com pouca escolaridade.

Esta situação tem correlação direta com a redução drástica no número de filhos por família e a maior longevidade das pessoas adultas. Esses fenômenos demográficos são cada vez mais recorrentes no país, sendo ampliados, em algumas regiões, pela migração seletiva de jovens rurais.

Estes fatores acarretam implicações na disponibilidade de mão de obra familiar e na sucessão geracional. Nesse sentido, a tendência de permanecer nas propriedades pessoas com idade mais avançada, aliada à indefinição no processo sucessório comumente verificado em muitas famílias, pode acarretar num certo desestímulo para os investimentos produtivos nessas propriedades, fato que compromete a reprodução social de parcela expressiva de famílias de agricultores. Isto representa uma tendência e um importante ponto de atenção para os formuladores de políticas públicas, pois as pessoas que não se encontram mais na plenitude de suas forças físicas precisam encontrar alternativas viáveis para a reprodução social da família no meio rural.

Entre as famílias entrevistadas, a pluriatividade, ou o exercício de outra atividade remunerada além da agricultura, envolve 29% dos chefes de estabelecimentos e em 50% das unidades produtivas existe outro membro familiar exercendo alguma atividade remunerada. Isto significa que a renda de uma parcela significativa das famílias visitadas não é exclusivamente oriunda da agricultura e a diversificação das fontes de renda é uma estratégia importante para elas. Isso não indica que a agricultura esteja perdendo importância no seio das famílias. Ao contrário, 38% dos agricultores têm a intenção de aumentar a área, apenas 4% pretendem diminuir o tamanho e a maioria (58%) está satisfeita com o tamanho da propriedade. Isto está coerente com a estratégia de arrendar

terras de terceiros em 23% dos casos.

Alguns aspectos merecem a atenção da parte dos profissionais que atuam no meio rural do município. Cerca de 80% dos agricultores afirmam que a disponibilidade de mão de obra está diminuindo no meio rural, sendo que 36% contratam força de trabalho temporária e permanente. Esta situação reforça a importância da prática de troca de dias de trabalho entre os agricultores, que é recorrente em 81% das famílias.

O tema da sucessão do empreendimento familiar não é um problema para 39% dos casos, mas para 52% o assunto ainda não está definido e 9% dos estabelecimentos não têm sucessor. Os dados corroboram diversos estudos qualitativos, indicando que esta decisão é comumente protelada no âmbito da família, pois é uma problemática complexa. Comumente, os pais desejam que ao menos um dos seus descendentes permaneça na propriedade como sucessor, mas muitas vezes a agricultura e o meio rural não oferecem as oportunidades e as condições que eles gostariam para os seus filhos. Por isso acabam incentivando para que os jovens procurem melhores condições de vida fora do espaço rural, seja via o trabalho ou pelo estudo.

Por vezes, os filhos ainda são crianças e o tema da sucessão ainda não figura como uma questão relevante. No entanto, pode haver situações nas quais a indefinição se deve a outros fatores, a exemplo de que tipo de projeto os filhos gostariam de implantar no estabelecimento e que podem demandar uma assessoria externa. Já em relação aos casos que não têm sucessor, o destino desses estabelecimentos representa um campo de intervenção do poder público ainda pouco explorado. O ideal seria que essas unidades produtivas ficassem na esfera da agricultura familiar e que o programa de crédito fundiário fosse mobilizado com esse propósito.

Todos esses casos apenas reforçam que a temática da sucessão deve ser encarada como uma prioridade no âmbito das políticas públicas, criando-se alternativas adequadas para a permanência e/ou instalação dos jovens em atividades agrícolas ou não agrícolas no meio rural, garantindo-se, assim, a sucessão geracional na agricultura familiar.

A economia agrícola do município apresenta uma forte relação com a produção animal, horticultura e cereais. Isto explica por que as vendas para a indústria e para cooperativas figuram como as principais estratégias de comercialização. A produção para autoabastecimento, por sua vez, continua sendo uma prática relevante para a maioria das famílias de agricultores. Além disso, as estratégias de produção orgânica ou agroecológica começam a ter visibilidade, podendo representar alternativas de conversão para unidades produtivas familiares cujas atividades agrícolas utilizam agroquímicos, migrando para sistemas de produção sustentáveis e/ou ecológicos. Estudos indicam que inúmeros

jovens vêm demonstrando interesse e estão participando de iniciativas de conversão para a agroecologia, além de um conjunto de novas funções que vem sendo propostas para a agricultura familiar, entre as quais a agroindustrialização familiar de alimentos, o agroturismo, etc. Para isso, é fundamental que sejam apoiados no processo de sucessão familiar e que possam, também, acessar um leque amplo de políticas públicas que são indispensáveis para a viabilização dessas inovações produtivas, sociais e organizacionais nos territórios rurais. Há uma importante frente aberta para o desenvolvimento da agricultura familiar voltada para produtos diferenciados (e não de commodities), com qualidade e valor superior. Assim, é central investir em suporte técnico e financeiro para estratégias de agroindustrialização local, certificações de qualidade e formas de venda que aproximem produtores e consumidores.

Mais de 83% acessam políticas de crédito rural, com destaque para o Pronaf. A Epagri, cooperativa e a prefeitura são os prestadores de serviços de assistência técnica mais utilizados pelos produtores, o que revela que o caráter público desses serviços continua sendo primordial para a ampla maioria dos agricultores familiares. Em relação ao meio ambiente, a maioria considera um tema importante e tem a compreensão de que a agricultura não se reduz à mera produção agropecuária. Ou seja, o entendimento que predomina é que a agricultura não pode ser interpretada apenas como um setor da economia, já que as famílias de agricultores cumprem outros papéis relevantes para o desenvolvimento e a sustentabilidade das regiões rurais. Neste sentido, o caráter multifuncional da agricultura, não se limitando apenas à produção de alimentos e fibras, se apresenta como um tema atual que merece ser incorporado na formulação e na gestão de políticas públicas. Nesse sentido, encontrar formas para compensar os agricultores familiares pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade que não são remunerados pelos mercados emerge como mais um desafio para os agentes públicos.

Por fim, praticamente a totalidade dos agricultores entrevistados não deseja deixar o campo e a maioria considera que a sua qualidade de vida no meio rural melhorou nos últimos anos, fatores que parecem estar atrelados a outro aspecto positivo identificado na vivência: o elevado grau de participação social no município.

No seu conjunto, esses aspectos revelam que nessa região o rural não deve ser considerado como lugar do atraso, mas como um espaço de vida importante para a geração de um estilo de desenvolvimento mais inclusivo e respeitoso do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

DEEPASK. **Confira o Produto Interno Bruto - PIB no seu estado - Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=santa-catarina-Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-estado>. Acesso em: 07 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PORTO UNIÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porto_Uni%C3%A3o&oldid=41210906>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/porto-uniao_sc>. Acesso em: 11 fev. 2015.

APÊNDICE

Estudantes da Agronomia participantes da pesquisa de campo

Alessandro da Silva
Alison Duarte Cavalheiro
Ana Claudia Dombroski Neme
Ana Paula Florindo
Betina dos Santos
Camilo Mendes Sepulveda
Cássio Alexandre de Souza Beiro
Daniela de Pinho
Edaciano Leandro Losch
Eliseu Elcio Behling
Felipe Mauricio de Quadros
Gabriel Gonçalves Rosales
Gabriela Nunes Abrantes
Gabriele Gonçalves Rodrigues
Gregorio Giampiccolo Lombardi
Isabela Augusto
Isadora Teixeira Coelho Malohlava
Iury Yokoyama da Silveira
Joao Manoel de Oliveira Campelo
José Guilherme Cesário Pereira Pinto
José Henrique Melo Salvador
Juliana Dardis Rodrigues Lopes
Juliana do Amaral Scarsanella
Gelsleuchter Lohn
Luane Valquiria Schiavini Nicodem
Lucas Dupont Giumbelli
Lucinéia de Abreu
Luiz Henrique da Silva Coelho
Luiza Ferreira Kuhn da Rocha
Matheus Bussolo
Matheus José Bortoli Munarini
Natália Gonçalves Andrade
Paulo Elias Rodrigues Júnior
Pedro Lee Mattos
Renan Brito Silveira (em memória)
Sabrina Moreira dos Santos
Thiago Ezio Moreira
Thiago Stacowski dos Santos
Tiago Ribeiro
Vicent Lazzaretti Mello
Wesley Novaes Brito

Estudantes da Zootecnia participantes da pesquisa de campo

Arthur Martins Reitz
Augusto Pianezzola Dahmer
Cassio Silva Garcia
Fabrício Tillmann
Ingrid Bianca Machado
Janaina de Souza
Jéssica Rocha Medeiros
Eckschmidt Thomé
Patricia Senger
Thiago Philippe Lorenzi Silveira do Nascimento
Vanessa da Silva Jochem

http://iu.ufsc.br
imprensa.ufsc@gmail.com
imprensa@reitoria.ufsc.br
Atendimento: (48) 3721-9600 -
Tel/Fax: (48) 3721-9595 - Voip: (48) 3721-6485

Agosto 2015